

**CONSELHO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E
ARTÍSTICO DO ESTADO DO AMAZONAS – COPHAM
5ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – 2021/2023**

1 **ATA DA QUINTA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO DE**
2 **PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DO AMAZONAS, BIÊNIO**
3 **2021 A 2023.** Ao vigésimo sétimo dia do mês de agosto do ano de 2021, às 14h,
4 reuniram-se, de forma presencial e virtual, na Sala de Reunião do Salão Solimões,
5 sito Avenida Sete de Setembro, nº 1546 – Centro, Manaus, Amazonas, CEP 69005-
6 141. Conforme convocação realizada por meio do Ofício Circular nº 05/2021-
7 GP/CPHA em 10 de agosto de 2021, e atingindo o quórum regimental, encontra-se
8 aberta a 5ª Sessão Ordinária do Conselho de Patrimônio Histórico e Artístico do
9 Estado do Amazonas. Em virtude dos poderes investidos, assumiu a presidência
10 dessa sessão, conforme poderes determinados no parágrafo 1º do artigo 12 do
11 regimento interno o senhor **MARCOS APOLO MUNIZ DE ARAÚJO** e convidou o sr.
12 **ABRAHIN BAZE** representante do IGHA neste conselho, para compor a mesa
13 diretora nos termos do regimento interno e, como secretário para auxiliá-lo nos
14 trabalhos o senhor **SÉRGIO CRUZ**, da equipe de apoio, em face da ausência
15 justificada da srta. **TAMIRIS LIMA**, secretária geral deste COPHAM. Estando
16 composta a Mesa Diretora da sessão ordinária, foi solicitado à secretária geral, para
17 que anunciasse a lista de presentes, sendo informado que 6 (seis) conselheiros
18 titulares se encontravam participando por meio físico ou virtual, conforme lista de
19 presença em anexo. Em ato contínuo, o presidente agradeceu a presença de todos e
20 passou para o **EXPEDIENTE**: Informou que a Conselheira Karla Bitar (IPHAN) não
21 estará presente por ter agenda de trabalho no mesmo horário da reunião do COPHAM.
22 informou a ausência do Conselheiro Carlos Flávio (CREA) por motivos de viagem.
23 Informou que foi resumida as providências tomadas desde a última reunião: **I)** Foi
24 encaminhado pela Casa Civil à ALEAM o pedido de substituição de membro
25 conselheiro AMAZONASTUR, DPH/SEC (Suplente) e Instituto de Arquitetos do Brasil,
26 Seção Amazonas-IAB; **II)** contratação de 2 (dois) estagiários; **III)** Aprovado o
27 Formulário “Ficha Catalográfica” para o banco de dados de tombamento; **IV)** Pesquisa
28 relativa a documentos de tombamento; **V)** Identidade Visual do Copham a ser
29 submetida ao pleno na próxima reunião; **VI)** Estudo de Layout na Sala Governador
30 Ephigênio Sales, localizado nas dependências do Centro Cultural CCPRN para
31 estabelecer a Sede do COPHAM; Encerrado o expediente, o Presidente passou às
32 **PROPOSIÇÕES**: Não tendo nenhuma proposição passou para a **ORDEM DO DIA**:
33 informou que encaminhou a Câmara do Patrimônio Histórico e Material, composta
34 pelos membros: Regina Lobato (**DPH/SEC**), Carlos Flávio (**CREA**) e Abrahim Baze
35 (**IGHA**), para elaboração de Relatório Técnico relativo ao Processo de Tombamento

36 do Atlético Rio Negro Clube, e posterior encaminhamento ao Pleno do **COPHAM** para
37 votação e continuidade ao procedimento. Abriu voz ao plenário para os conselheiros
38 se manifestem quanto a assuntos gerais de interesse do conselho, mas sem caráter
39 deliberativo. Esclareceu que não respondeu a uma determinada programação cultural,
40 e viu a necessidade de efetivar o entendimento da **ALEAM**, das funções e da
41 responsabilidade do conselheiro em relação não só ao patrimônio imaterial, mas
42 também material. Informou que já foi enviado por documento, mas percebeu que faltou
43 a devida atenção, essa questão de denominação material tornou-se política,
44 principalmente em ano eleitoral. Pediu que resgatassem esse documento jurídico o
45 qual define que nada pode ser, pois, antigamente, a ALEAM encaminhava definindo
46 um parecer. Ressaltou que o **Dr. Cristian** sempre embasou muito bem, e no retorno
47 era dito que não caberia como patrimônio imaterial, e mesmo que fosse negado sairia
48 no Diário Oficial, pois, compreende que tendo o Conselho hoje devidamente
49 instaurado, instituído, é importante que seja ponderado e respeitado, inclusive já falou
50 em uma das primeiras reuniões, que fosse oficiado a **ALEAM** para levantamento de
51 todo tombamento efetuado material e imaterial, já foi solicitado e está Secretaria já
52 obteve resposta devidamente oficiada. Deixou a proposta, para que se organizem,
53 administrativa e juridicamente, para ver a questão da legislação do Conselho. Orientou
54 que a solicitem formalmente a **ALEAM** e que seja enviado um representante para a
55 próxima reunião ou será montada uma comissão, entre ele, o **Abraham** e mais
56 algumas pessoas para fortalecer o encontro. Relatou que a Secretaria de Cultura
57 tentou fazer essa agenda de forma harmoniosa, sem incentivo de vaidade e sim de
58 compromisso com aquilo que realmente é patrimônio e o que não é. o presidente
59 acredita que, a partir do momento em que coloca todo mundo na mesma faixa, na
60 mesma linha, está desvalorizando aquilo que é patrimônio ao invés de valorizar.
61 Considerou de certa forma, desnecessário o papel de guardiões do
62 patrimônio, sugere que se proponha uma revisão de todos os que estão com título de
63 imaterial para uma reavaliação e então, caberá certamente, um encontro individual e
64 posteriormente um encontro extraordinário para debate que pode ser essa uma
65 solução para finalizar essa questão. Sugeriu trazer esse assunto como pauta deste
66 encontro, por ter se sentido incomodado, pois o título é para um artista, é um evento
67 legal, mas que não é patrimônio imaterial e se encaminhar para eleição todos vão
68 querer. Quebrou o protocolo para dar as boas-vindas a suplente **Priscila**, registrar a
69 presença da **conselheira Eneila**, participação especial do **Dr. Cristian**, **Abraham**, o
70 aniversariante do dia, **Carlos Flávio**, esse encontro estaria acontecendo no início de
71 setembro e foi antecipado por incompatibilidade de agenda e o próximo encontro será
72 no início de outubro, há a possibilidade de fazer uma agenda fora, está aguardando,
73 se isso acontecer, todos serão informados se avança ou remarca novamente. Pediu
74 a contribuição do **Dr. Cristian** que manifesta o prazer que sente em poder contribuir
75 com o conselho, em nome do vice-presidente Abraham, dr. Sergio,

76 conselheira Regina Lobato. Ele parte da premissa que a vulgarização dos registros,
77 traz um problema de não dar o devido valor ao assunto no que cabe o reconhecimento
78 de todo processo de patrimonialização de um bem. Ressaltou as palavras da Dra.
79 Karla sobre a dificuldade de tirar o material do imaterial e vice-versa, o artístico anda
80 junto, e é difícil fazer essa separação, mas tanto um quanto outro basicamente chega
81 a um processo de conhecimento e reconhecimento, de certa forma, o registro passa
82 por um projeto pedagógico que inicia na comunidade onde produz o bem até a
83 sociedade geral, percebe quando faz aquele reconhecimento do bem, entendendo
84 como ele funciona, os próprios participantes, tem que ter dimensão da importância
85 daquilo, pois isso é elevado a um nível maior a sociedade envolvente que com o título
86 vai reconhecer aquele bem como um patrimônio, sobretudo, é um processo de
87 reconhecimento de bem, porque vai poder preservar, pois não é possível preservar
88 aquilo que não conhece. Tem que conhecer o inventário do patrimônio para saber se
89 vai tombar e proteger. Externa sua preocupação aos colegas, com relação ao MISS
90 AMAZONAS ser patrimônio imaterial e caso esse documento seja assinado, a SEC
91 será obrigada a fazer os concursos todos os anos, ao invés de estar investindo em
92 coisas importantes da nossa tradição. Dirige-se ao presidente para relatar que os
93 processos de registro a nível federal e a nível mundial, têm um processo de
94 revalidação de 10 anos, não do patrimônio histórico, mas do patrimônio imaterial.
95 Cachoeira de Iauaretê patrimônio nacional e os sistemas agrícolas do alto Rio Negro,
96 também são nossos patrimônios nacionalizados, estão agora passando pelo processo
97 de revalidação, se pegar todo estudo, todo dossiê e tentar fazer um comparativo para
98 ver o que que daquele bem se transformou, o que que daquele bem ainda existe, e o
99 que daquele bem desapareceu em comparação ao estudo feito há 10 anos atrás, onde
100 é preciso investir para ele não desaparecer, e não se tornar uma ruína. Então, é
101 importante que esses processos estejam nas mãos do conselho, que são pessoas de
102 notório saber e estarão amparadas por equipes de pesquisadores que vão preparar
103 esses dossiês e inventários. Acredita ser injusto a pessoa do Oscarino, o bonequeiro
104 que morreu ter ganhado o título de patrimônio imaterial do Amazonas. Ele ressalta
105 que não se patrimonializa uma pessoa e sim o seu saber, então, teria que
106 ter patrimonializado o saber, o bonequinho, teria que ter ido atrás do Paulinho,
107 mamulengo lá do Iranduba, lá do Paricatuba, teria que ter ido atrás do Oscarino e de
108 outros, para garantir a sobrevivência do saber. Se não patrimonializa, não pode
109 garantir que a pessoa vai viver para sempre. Ressaltou que se não patrimonializar, o
110 filho do Oscarino poderá entrar com processo, pedindo pagamento, pelo fato de seu
111 pai ser Patrimônio etc. Isso pode acontecer, porque legalmente tá lá instituído o ato.
112 Dr. Cristian, conclui seu processo dialógico com uma manifestação para o conselho,
113 e um pedido. Ele destaca a perda de um dos maiores mestres da cultura popular do
114 Amazonas, companheiro de luta desde o início das políticas voltadas ao patrimônio
115 imaterial, o mestre Barrô do Gambá, fundador do único museu arqueológico privado

116 do Amazonas, o Cultuam, de Maués e até hoje não recebeu a devida atenção da
117 assembleia. Uma figura importantíssima para cultura popular juntamente com o Cacá.
118 E por conta de sua batalha, de sua expressão musical, cultural mais importante dos
119 povos ribeirinhos seria hora de inseri-lo como patrimônio imaterial do Amazonas,
120 levando em consideração que o dossiê já está pronto, e se precisar de inventário
121 também está recolhido há anos. Sugeriu ao conselho, colocar em pauta para um futuro
122 breve, organizar toda a identificação, descrição do bem que é algo que percorre todos
123 os 62 municípios do Amazonas e até hoje não foi registrado. **O PRESIDENTE**
124 agradeceu a contribuição do Dr. Cristian e disse que não sabe se cabe levar
125 para assembleia e sugere que poderá criar um terceiro título, que não seria de
126 patrimônio imaterial, mas algum título que não significasse necessariamente um
127 reconhecimento a nível de imaterial, ou mesmo que atrelasse um compromisso do
128 Estado de manutenção desse Patrimônio, algum título que eles dessem, assim como
129 a medalha Ruy Araújo, que eles fizessem um reconhecimento cultural, parecido com
130 os mestres do saber cultural, algo que fosse um título, onde a assembleia
131 pudesse agraciar aqueles que ela considera que devem ser agraciados, mas sem que
132 isso desvirtue, desvalorize o que realmente é o patrimônio imaterial. **Dr. Cristian**
133 concordou com o presidente em relação ao reconhecimento do mestre Barrô do
134 Gambá com uma titulação que não seja a nível de imaterial e antecipa que houve o
135 mesmo problema na câmara dos deputados, que também estavam querendo fazer
136 algo nesse sentido com o Patrimônio brasileiro, mas o IPHAN interveio e foi criado um
137 dispositivo em comum acordo com a câmara dos deputados e esse terceiro título foi
138 adotado. Relatou que o então diretor de patrimônio imaterial nacional do IPHAN
139 passou esse material para ele e essa proposição pode ser encaminhada à comissão,
140 ao Dr Sérgio. **O PRESIDENTE** disse que poderá criar um tipo de certificação, de
141 medalha, com uma legislaçãozinha simples, que não seja a medalha Ruy Araújo, que
142 é o maior título que tem na assembleia. Mas que seja algo que a pessoa se sinta
143 reconhecida, pela sua obra e seu trabalho, mas que não necessariamente isso atrele
144 ela, ela também não terá o compromisso de ter que revisar os atos da assembleia que
145 é muito arriscado, é muito delicado, tem que pensar com muita cautela, esclarece. **O**
146 **conselheiro Carlos** disse que no sistema do CREA tem o chamado "Livro do Mérito"
147 da engenharia e aqueles que se destacam na engenharia, a nível estadual e a nível
148 nacional, é feito uma minibiografia e colocada lá. Sugeriu que poderia ser esse Livro
149 do Mérito da cultura do Amazonas ou algo nesse sentido. **O PRESIDENTE** acredita
150 ser válida a sugestão do conselheiro e ressalta que não está criando caso e sim
151 solução. Não vira Patrimônio imaterial. Miss Brasil, dá o mérito pelo fato de ter as
152 representantes, mas não necessariamente teria esse compromisso. **A conselheira**
153 **Eneila Santos** comentou que não se sente tão preparada e vê a necessidade de muito
154 estudo, de cada processo ser analisado. Lembrou da análise que fez na reunião
155 anterior sobre a documentação do Atlético Rio Negro, de itens que chamaram sua

156 atenção e que ia expandindo o seu compromisso e a sua responsabilidade em
157 compreender, essa divisão, essa valorização, que é muito mais do que se define,
158 comumente o que é o material e o imaterial. Então tem que ter esse conhecimento,
159 dentro desses critérios, que já organizaram, que tem documento de instância desde
160 federal, até chegar numa renovação, que é o que estão tentando, trazer algo que
161 tenha mais a ver com a nossa identidade e nossos valores amazonidas. É
162 interessante ter muito cuidado, pelo fato de não estarem aqui para referendar o que
163 vem dessa instância da assembleia, o compromisso não é declinar o que já foi feito,
164 não tem como, mas analisar e definir os critérios, o que realmente entra dentro desse
165 contexto que pensa e acredita, e há uma fundamentação, como em qualquer órgão,
166 se tem esses critérios de titulações, de reconhecimento, para não jogar tudo num
167 pacote e não os comprometer. Comentou com o professor Abrahim Base, que tudo
168 tem outra conotação quando percebeu no meio das documentações que o Atlético Rio
169 Negro tem um museu com registro. Então, há a necessidade de ir subdividindo bens,
170 valores, identidades, a partir desses encontros, pois, já visitou o ambiente por três
171 vezes e seu interesse só aumentou. Sugeriu que uma das visitas deveria ser a reunião
172 do coletivo lá dentro, sentindo a energia daquele bem, colocando-os para dentro
173 daquele processo, passando a mão nos brasões, nos registros, nos rastros.
174 parabenizou a fala do Dr. Cristian, a clareza do presidente, em fazer essa divisão,
175 esclarecendo que não estão à serviço da assembleia, e sim de um valor que é muito
176 mais do que imaterial ou material, que é a identidade, o povo, as comunidades e
177 valores. **O PRESIDENTE** agradeceu as palavras da conselheira e disse que passará
178 para o presidente da comissão de Turismo da Aleam, Tony Medeiros, pelo fato de ele
179 ter maior conhecimento sobre o assunto, pois tem que ter uma propositura e então,
180 poderá fazer menção lá. **Priscila Pinho** informou que sua participação será como
181 suplente da professora Rosemara, representante da UFAM, que não pôde estar
182 presente, porém, é quem vem acompanhando esse processo. Concordou com que
183 ouviu do dr. Cristian e da conselheira Eneila, de que não é possível fazer uma
184 determinação de bens sem um devido estudo e aprofundamento para casos
185 específicos ligados à nossa própria representação do que é cultura neste espaço, e
186 com muito cuidado para fazer as determinações de até que ponto algo pode ser
187 considerado Patrimônio, seja de fim material ou imaterial, para não diluir em
188 emaranhados de casos o histórico e o registro da nossa cultura. Esclareceu que não
189 está acompanhando o caso do Rio Negro em detalhes, porém, percebe sua
190 complexidade e que precisa ser analisada, de preferência, por pesquisadores,
191 estudiosos do local. **O PRESIDENTE** solicitou a participação especial do vice-
192 presidente Kaká Bonates e do vice-presidente Abrahim Baze. **Kaká Bonates** explicou
193 inicialmente que, conforme a lei de 2010 referente ao bem imaterial aprovada pela
194 assembleia, os critérios estabelecidos devem ser seguidos para que um bem seja
195 considerado imaterial. No entanto, observou-se que vários bens declarados como

196 imateriais não estão em conformidade com os critérios estabelecidos na legislação, o
197 que pode acarretar problemas futuros e requer cuidado. Por sua vez, **Dr. Cristian Pio**
198 relatou que os pareceres elaborados por ele na assembleia não atendem aos
199 requisitos necessários, uma vez que não se enquadram como patrimônio devido à
200 falta do devido processo, que demanda um inventário e um número de identificação
201 para início do processo junto ao conselho. Destacou a ausência de inscrição,
202 justificativa, descrição detalhada do bem, temporalidade e outras informações
203 mínimas que nenhum dos projetos apresentados contemplava. **O PRESIDENTE**
204 lamentou a falta de publicações nos documentos das respostas recebidas e sugeriu a
205 possibilidade de entrar em contato com a assembleia e notificar os agraciados,
206 concedendo um prazo de cinco anos para se adequarem à legislação em questão.
207 Caso não haja conformidade com as normas relativas ao bem imaterial, a categoria
208 será modificada. **Abrahim Baze** propôs a criação de uma comenda, inspirada na
209 comenda do Filipe Daou, que leva o nome do homenageado e perpetua a homenagem
210 à sua família, entregue exclusivamente a indivíduos mercedores e ligados à temática,
211 abrangendo empresários, intelectuais e escritores, com ampla abrangência. Até o
212 momento, duas comendas foram concedidas, uma a José Azevedo, da TV LAR, e a
213 primeira em memória de Filipe Daou, entregue a seu filho. Essa iniciativa visa evitar
214 futuros reconhecimentos tanto de patrimônio imaterial quanto material. **O**
215 **PRESIDENTE** ressaltou a importância de se escolher um nome expressivo ao fazer
216 uma proposição, sugerindo homenagear alguém de destaque falecido durante a
217 pandemia de COVID-19 ou vinculado à cultura popular, como Zezinho Correia, Mafra
218 ou o mestre do gambá, com o intuito de preservar suas memórias, assim como foi
219 feito no edital Periciano Lanali, que ganhou reconhecimento a partir de desse edital.
220 **O conselheiro Carlos Flávio** destacou duas sugestões complementares: estabelecer
221 um prazo para a adequação dos envolvidos e considerar a possibilidade de candidatar
222 à comenda caso o inventário ou estudo antropológico e histórico não estejam
223 disponíveis. **A conselheira Regina** Lobato mencionou que dos respondentes que
224 afirmaram estar efetivados, apenas quinze possuem decreto, lei e são registrados no
225 Diário Oficial, sendo estes os considerados inicialmente. Os outros trinta e cinco serão
226 analisados para determinar se precisam de decreto ou estudo. Algumas propriedades
227 de Severiano Mário Porto foram tombadas, e caso o proprietário não as mantenha, o
228 Estado assume a responsabilidade. A Universidade Federal do Amazonas solicitou a
229 exclusão da listagem de tombamento, declarando não desejar ser incluída. **O**
230 **PRESIDENTE** solicitou que seja realizado um levantamento dos patrimônios,
231 estabelecendo diálogos com a assembleia nas próximas trinta dias ou na próxima
232 reunião do conselho, com a intenção de iniciar um diálogo com Roberto Cidade,
233 presidente da ALEAM, para resolver a questão da comenda. **O conselheiro Carlos**
234 **Flávio** mencionou que, desde sua nomeação, tem se dedicado a estudar a legislação
235 de patrimônio e tentou compilar todas as informações em uma única lei, intitulada

236 "Política de Patrimônio Material e Imaterial do Estado do Amazonas", buscando
237 integrar elementos do IPHAN já publicados. Devido à complexidade da questão,
238 enfatizou a necessidade de colaboração de diversas partes, destacando a importância
239 de recursos para lidar com questões de patrimônio. Ele propôs a criação de uma fonte
240 de recursos para aqueles que desejam solicitar um tombamento, independentemente
241 do interesse do Estado ou da Secretaria, onde uma taxa seria cobrada dos projetos
242 para custear as atividades do conselho. Essas taxas seriam direcionadas para um
243 fundo gerido pelo COPHAM, destinado à publicação de livros e outras iniciativas
244 aprovadas pelo conselho. A proposta foi inspirada no conceito da Lei Rouanet,
245 visando captar recursos da iniciativa privada mediante a aprovação de projetos e o
246 recebimento de incentivos fiscais por meio do ICMS ou da dívida ativa. **O**
247 **PRESIDENTE** ressaltou o comentário do conselheiro Carlos Flavio sobre a captação,
248 ressaltando que já está encaminhado, um dos itens que está no sistema estadual de
249 cultura é a lei Estadual de Incentivo à Cultura, e a lei já avançou bastante, porém, está
250 engatada a dois ou três meses, já adquiriu um por cento do ICMS, com o teto num
251 primeiro momento de vinte milhões anual, até vinte milhões de captação anual. Só
252 que as leis e diretrizes orçamentárias ou lei de responsabilidade fiscal ou alguma coisa
253 desse tipo, diz que todo incentivo precisa ser compensador. Então, o Estado precisa
254 mostrar como esse um por cento da cultura será compensado, comenta que a Sefaz
255 nunca tinha se deparado com isso e a secretaria está se esforçando para tentar
256 estabelecer esse documento, esse parecer que mostra que é possível fazer esse um
257 por cento sem ser afetado. Estando aprovado, as pessoas poderão entrar com seus
258 projetos e serão submetidos à apreciação deste conselho que dará feito, certifica, e
259 assim, poderá sair para uma captação, para manutenção patrimonial. Acredita que,
260 se envolver mais a iniciativa privada tirará das costas do Estado que está saturado
261 pelo volume de demandas e permite criar uma outra via, uma outra forma de
262 manutenção desse Patrimônio, dessa história, que não seja depender única e tão
263 somente do recurso direto do Estado, porque a lei de incentivo não deixa de ser
264 recurso do Estado, é uma renúncia fiscal. Assim, sem mais manifestos ou assuntos
265 para serem tratados, o presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada
266 a 5ª reunião ordinária, determinando que lavrasse esta ata, a qual será encaminhada
267 aos Conselheiros para leitura e aprovada no expediente da próxima reunião, sendo
268 após, encaminhada para arquivamento na Secretaria Geral do COPHAM visando o
269 registro nos anais do Conselho



MARCOS APOLO MUNIZ DE ARAUJO
Presidente – 5ª Sessão Plenária Ordinária

TAMIRIS DA SILVA LIMA
Secretária Geral – 5ª Sessão Plenária
Ordinária

LISTA DE PRESENÇA

1. Eneila Almeida dos Santos – Representante Titular da Universidade do Estado do Amazonas - UEA
2. Priscila de Oliveira Pinto Maisel – Representante Titular em exercício da Universidade Federal do Amazonas - UFAM
3. Abrahim Sena Baze – Representante Titular do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas - IGHA
4. Regina Maria Lopes Pereira Lobato – Representante Titular do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico da SEC
5. Carlos Flávio – Representante Titular do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA

CONVIDADO:

6. Cristian Pio Ávila – Historiador.

EQUIPE CONEC: Sérgio Cruz – Assessor Jurídico; Symone Farias – Técnica Administrativa; Adrian Santos – Estagiário; Sofia Vasconcelos – Estagiária.

